

SCHULZ S/A

Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480")

Data base: 31 de dezembro de 2010

10.1. - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2010 marcou um período de importante retomada do crescimento nos resultados da Schulz. Com solidez financeira, grande conhecimento de mercado e profissionais qualificados em nossos modernos parques industriais, a SCHULZ soube aproveitar a aquecida demanda nos mercados interno e externo em que atuamos e obtivemos uma expressiva elevação no volume de vendas.

Com isso, nossa receita operacional líquida apresentou crescimento de 61,2% no acumulado de 2010 em comparação ao ano anterior e de 39,0% no último trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2009.

Com o reflexo dessa recuperação, foi possível reforçar nossos investimentos para a ampliação da capacidade de produção e constante aprimoramento da qualidade e eficiência. Para isso, ampliamos a destinação de recursos à pesquisa e desenvolvimento da capacitação dos nossos colaboradores, com o objetivo de fomentar a inovação e o desenvolvimento de novos produtos, com a melhoria contínua dos processos produtivos.

Assim, nos estruturamos para continuar atendendo às demandas e à expectativa do mercado e garantir um crescimento perene nos próximos anos, gerando valor para nossos clientes, empregados, fornecedores, parceiros e acionistas.

Por conta dos desafios alcançados em 2010, a Companhia apresenta saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- I. Consistente geração de lucros alinhada ao planejamento orçamentário daquele ano;
- II. Geração operacional de caixa compatível com suas necessidades operacionais e financeiras, e refletindo os objetivos almejados com a atual estrutura de capital;
- III. A estrutura de capital está adequada apoiada com contratos de financiamento de terceiros com custo competitivo e adequado suporte das instituições financeiras para fazer frente às suas demandas de curto e longo prazo;
- IV. Nível de endividamento compatível com sua estrutura de negócios.
A Companhia tem gerado caixa adequado para fazer frente as suas necessidades operacionais, notadamente com apoio financeiro por parte dos bancos de forma geral nos apoiando com financiamentos na aquisição de máquinas e equipamentos e na expansão de fábrica.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A atual estrutura de capital da Companhia, seja próprio e de terceiros, é considerada adequada para as atividades operacionais normais.

i. Hipóteses de resgate

Não há previsão nem autorização para esta finalidade até o presente momento.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica em razão da situação anterior (i).

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A companhia possui um caixa disponível equivalente a 82,4 % do valor de todos os compromissos financeiros de curto prazo e mantendo uma relação Dívida líquida de curto prazo / EBITDA de 0,1.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além dos recursos próprios, gerados pela atividade operacional, a Companhia possui operações de pré-pagamento de exportações, BNDES-Exim Pré-embarque, dentre outras operações de crédito para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como FINEP, FINAME e Finimp.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Quando necessário, temos linhas de crédito do BNDES(EXIM, FINAME), através de seus agentes repassadores, e outras linhas de crédito ofertados pelos bancos nacionais e internacionais, tais como; linhas de financiamento para capital de giro e exportação.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Finame	TJLP + 1,46% a.a	Alienação Fiduciária	8.722	11.060	8.722	11.060	
Capital de Giro	114% do CDI	Nota Promissória	250	3.971	250	3.971	
Capital de Giro	VC+4,10% a.a	Nota Promissória			7.483	8.259	
Fin. Invest. - DEG	VC + Libor + 2,50% a.a	Hipoteca	5.891	8.040	5.891	8.040	
FINEP	TJLP	Fiança Bancária	3.246	2.183	3.246	2.183	
Leasing	147% do CDI	Alienação Fiduciária	289	744	289	744	
Prodec	4,00% a.a	-	2.586	2.124	2.586	2.124	
Finamim	VC + 5,26% a.a	Alienação Fiduciária	1.811	2.371	1.811	2.371	
BNDES-Exim	TJLP + 3,70% a.a.	Nota Promissória	6.070	1.689	6.070	1.689	
BNDES-Exim-PSI	4,5% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	20.513	19.361	20.512	19.361	
Pré-Pgto. Export.	VC + Libor + 5,80% a.a	Nota Promissória	25.368	36.997	25.368	36.998	
Total do Circulante			74.746	88.540	82.228	96.800	
Não Circulante							
Finame	TJLP + 1,46% a.a	Alienação Fiduciária	9.841	17.944	9.841	17.944	
Capital de Giro	114% do CDI	Nota Promissória		3.364		3.364	
Fin. Invest. - DEG	VC + Libor + 2,50% a.a	Hipoteca	19.828	26.640	19.828	26.640	
FINEP	TJLP	Fiança Bancária	2.961	4.153	2.961	4.153	
Leasing	147% do CDI	Alienação Fiduciária	124	228	124	228	
Prodec	4,00% a.a	-	13.463	8.004	13.463	8.004	
Finamim	VC + 5,26% a.a	Alienação Fiduciária	1.207	909	1.207	909	
BNDES-Exim	TJLP + 3,70% a.a.	Nota Promissória		6.000		6.000	
BNDES-Exim-PSI	4,5% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	147.976	110.215	147.976	110.215	
Pré-Pgto. Export.	VC + Libor + 5,80% a.a	Nota Promissória	17.114	30.960	17.114	30.960	
Total do Não Circulante			212.514	208.417	212.514	208.417	
Total de Empréstimos e Financiamentos			287.260	296.957	294.742	305.217	

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As cláusulas e condições normalmente existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- I. A receita operacional líquida apresentou crescimento de 61,2% no acumulado de 2010 em comparação ao ano anterior e de 39,0% no último trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2009.
- II. A redução de 5% do CPV comprado com o exercício de 2009 decorre de todas as ações tomadas pela empresa desde o início da crise econômica ao final de 2008, que foram aprofundadas em 2009. Em 2010, o CPV foi impactado positivamente pelos efeitos dos investimentos realizados, principalmente na Divisão Automotiva nos últimos anos, cujos resultados começaram a aparecer já no primeiro trimestre do ano. Ainda assim, durante todo o ano, o indicador apresentou trajetória de queda, mesmo com o crescimento das exportações e da desvalorização do dólar frente ao real.
- III. No acumulado do ano, o lucro alcançou R\$ 183,8 milhões, um amplo crescimento de 92,8%.
- IV. O EBITDA acumulado de 2010 somou R\$ 106,1 milhões, com margem EBITDA de 17,8%, o que representa evolução de 73,9% e de 1,3 p.p. na margem EBITDA em comparação ao resultado observado no mesmo período de 2009.

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Na Divisão Compressores são os compressores de ar comprimido (linha industrial e serviços) que são vendidos em sua grande maioria para o comércio, e na Divisão Automotiva são os produtos (componentes de ferro fundido) fundidos, usinados e pintados vendidos para as indústrias (montadoras de caminhões, ônibus, tratores, implementos agrícolas).

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2010 não tivemos fatores relevantes que afetaram o resultado, a não ser a paridade cambial, pois as nossas exportações em dólares cresceram 68,75%. Por conta disto as margens do mercado externo em relação ao mercado interno foram afetadas, mesmo com ajustes dos preços por conta da evolução dos custos das matérias primas e mão de obra.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Salvo os impactos pela apreciação do real frente do dólar, as receitas não tiveram impacto relevante por conta das modificações dos preços. A evolução

do faturamento foi sustentada pelo aumento dos volume fabricados e vendidos durante o exercício. Obviamente os novos produtos que estão inseridos na evolução da receita, foram e estão alinhados com o planejamento orçamentário do exercício.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Além dos efeitos mencionados anteriormente, não houve majoração significativa dos insumos dos produtos fabricados. Diferentemente de 2009, em 2010 não houve receita financeira por conta da desvalorização cambial nos contratos de financiamentos indexados ao dólar.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Neste ano não tivemos nenhum evento para comentar.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Schulz passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (“balanço de abertura”), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados nas respectivas Notas Explicativas.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os principais efeitos significativos que foram gerados por conta do comentário anterior estão extensivamente demonstrados e aplicados no relatório das notas explicativas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos nossos Auditores Independentes foram emitidos sem ressalvas, nos últimos 3 exercícios.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

A empresa elegeu a data de transição ao IFRS em 01/01/2009. Estas demonstrações financeiras foram preparadas considerando algumas exceções na data da transição. Para efeitos comparativos, considerando que não há evidência forte de que o valor justo do ativo imobilizado apurado na data base 1º de janeiro de 2010 seja significativamente diferente do valor justo apurado na abertura do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2009, e que os efeitos dessa diferença não é relevante, foi admitido esse valor como valor justo do imobilizado na abertura do exercício social dessa demonstração comparativa.

Os efeitos das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31/12/2008 e o IFRS, incluindo a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado da Companhia, estão apresentados na Nota Explicativa nº 04.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2010	31/12/2009
Schulz of América, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Automotive Schulz of Europe-GMBH	Alemanha	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.
- A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas que estes possam estar sobrevalorizados.
- Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.
- Avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (*deemed cost*) e a respectiva revisão da vida útil.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards).

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 não difere significativamente do valor justo que o imobilizado teria em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2009, os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) **Ágio**

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". O deságio, quando ocorrer é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas.

b) **Licenças**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) **Desenvolvimento de Projetos**

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Participação nos Resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (outras despesas operacionais) com base no programa PPR devidamente aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas.

Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é

apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio;
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia mantém os serviços de Auditoria Interna realizada por terceiros em conformidade com o calendário ou cronograma de trabalho

para cada exercício social, de forma a verificar e evidenciar a segurança e a integridade das informações gerenciais, contábeis e fiscais.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/10, que com base nesta avaliação, a administração concluiu como sendo os controles internos eficazes.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do Auditor Independente

Não houve.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos e em andamento se referem em sua grande maioria a projetos de expansão e no desenvolvimento de novos produtos, ferramentais, algumas máquinas e equipamentos adicionais necessários para fabricação de novos produtos, bem como na manutenção da capacidade produtiva.

Os valores previstos são da ordem de R\$ 30 milhões, variando de acordo com a demanda do mercado de atuação, seja na Div. Compressores, assim como na Div. Automotiva.

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos planejados para 2011 deverão ser financiados basicamente através da geração própria de caixa, e linhas de

financiamento disponíveis tais como FINAME, Finimp e outras estruturas que a comunidade bancária ofertar, principalmente em relação as linhas de crédito/financiamentos de longo prazo.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há nenhum fato a comentar.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As divulgações rotineiramente acontecem anualmente nas convenções de vendas internas, dos produtos que estão em desenvolvimento e que serão lançados no mercado ao longo de cada exercício social, e que não são divulgadas antecipadamente no mercado consumidor.

II. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2010 foram investidos R\$ 643 mil em P&D, principalmente na Div. Compressores.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A política adotada pela Companhia é por não divulgar antecipadamente os novos projetos dos produtos para o mercado.

IV. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2010, totalizaram R\$ 4.1 milhões.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Em 2010 a Companhia inaugurou a Filial em Jundiaí – SP, especificamente para atender os clientes da Divisão Compressores para o estado de São Paulo, com o propósito de melhorar a pronta entrega e permitir que os clientes pequenos daquele estado possam comprar quantidades menores sem o ônus do custo de transporte.

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.6. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Waldir Carlos Schulz	61 Anos	Industrial	081.756.919-72	President e Conselho de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Ovandi Rosenstock	69 Anos	Industrial	121.181.509-97	Vice Pres. Conselho de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Mário Kruger	72 Anos	Administrador Empresas	0021.887.059-04	Conselheiro de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Gert Heinz Schulz	64 Anos	Industrial	033.330.009-20	Conselheiro de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Plínio Joselino Azambuja Bueno		Advogado	002.887.059-04	Conselheiro de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Norberto Schwartz		Advogado	064.579.758-87	Conselheiro de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Sérgio Eduardo Ferreira Rodarte – Titular indicado pelos Acionistas Minoritários		Administrador Empresas	133.230.836-87	Conselheiro de Administração	11.04.2008	11.04.2008	3 anos

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Ovandi Rosenstock	69 Anos	Industrial	121.181.509-97	Diretor Presidente	11.04.2008	11.04.2008	3 anos
Waldir Carlos Schulz	61 Anos	Industrial	081.756.919-72	Diretor Vice Presidente	11.04.2008	11.04.2008	3 anos

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Daniel Vaz Rodarte - Titular		Administrador Empresas	025.068.936-79	Conselheiro Fiscal	27.04.2010	27.04.2010	1 ano
Flávio José Rissato Adorno - Suplente		Administrador Empresas	289.835.428-70	Conselheiro Fiscal	27.04.2010	27.04.2010	1 ano
Paulo Eduardo Dias da Costa - Titular		Advogado	577.047.329-00	Conselheiro Fiscal	27.04.2010	27.04.2010	1 ano
Marcos Luiz Krelling - Suplente		Administrador Empresas	094.794.819-87	Conselheiro Fiscal	27.04.2010	27.04.2010	1 ano
Celso Meira Júnior - Titular		Advogado	556.519.099-15	Conselheiro Fiscal	27.04.2010	27.04.2010	1 ano
Airton Dejair Romão - Suplente		Administrador Empresas	055.077.409-25	Conselheiro Fiscal	27.04.2010	27.04.2010	1 ano

12.7. MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO

A Companhia não possui comitês de auditoria, risco, financeiro ou de remuneração instalados.

12.8. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Formação acadêmica e experiência profissional

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome: Waldir Carlos Schulz

Economista, experiente administrador empresarial, conhecimentos técnicos em contabilidade, custos e sistemas administrativos em geral. Mais de 37 anos dedicados a SCHULZ S.A.

Nome: Ovandi Rosenstock

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville. É um dos fundadores da SCHULZ, tendo atuado como Diretor Comercial e como Diretor Superintendente, antes de assumir a Presidência Executiva em 1.996. Foi Presidente da Abimaq/Sindimaq, Vice-Presidente da Associação Empresarial de Joinville (por duas gestões 06 anos), e Vice-Presidente da Abifa – Associação Brasileira de Fundição.

Foi Diretor do Sindicato da Indústria Metalúrgica de Joinville, e representa atualmente esta associação nas reuniões da Federação das Indústrias de Santa Catarina. É também Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC.

Experiente e dinâmico empresário do setor metal-mecânico, com mais de 44 anos dedicados a SCHULZ S/A. tanto no âmbito Nacional como Internacional. Responsável pela presidência e coordenação geral dos negócios da Companhia, usando suas experiências e conhecimentos em administração na empresa e na coordenação geral da diretoria e do grupo de gestores da companhia.

Nome: Mário Kruger

Formado em Administração de Empresas, com Pós-Graduação em Finanças. Foi Professor de Metalurgia na E.T.T., hoje SOCIESC. Foi Superintendente Industrial da SCHULZ por 14 anos. Atualmente é Diretor de Projetos Especiais da SCHULZ. É, também: Diretor Regional da ABIFA- Associação Brasileira de Fundição; Diretor Tesoureiro do

Sindicato das Industrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville; Membro Nato da SCBVJ – Sociedade Corpo de Bombeiros voluntários de Joinville; Membro do Conselho da ACIJ – Associação Empresarial de Joinville; Representante da ACIJ, junto ao CCJ – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte; Membro do Conselho Fiscal da SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina e Membro do Conselho Fiscal do MCE – Movimento Catarinense para Excelência..

Nome: Gert Heinz Schulz

Técnico metalúrgico, com experiência em produção, moldes, ligas, desenvolvimento de processos produtivos. Foi Diretor Industrial por mais de 27 anos da SCHULZ.

Nome: Plinio Joselino de Azambuja Bueno

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro - RJ. Foi Secretário de Estado da Administração e Trabalho do Estado de Santa Catarina.

Foi Diretor Administrativo das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL; Diretor Superintendente da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS; Consultor em Assuntos de Previdência Privada com serviços prestados à Fundação Codesc de Seguridade Social; Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS; Fundação PREVISC e Fundação WEG. Atualmente presta serviços, como Conciliador Honorário, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Exerce advocacia e presta serviços de consultoria.

Nome: Norberto Schwartz

Advogado, formado pela Faculdade de Direito de Guarulhos e pós-graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Joinville. Gerente Jurídico Corporativo da Tupy S/A. Gerente da Divisão Jurídica da Perdigão S.A. Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subsecção de

Joinville. Juiz conciliador do Juizado Informal de Pequenas Causas da Comarca de Joinville. Diretor da Faculdade de Direito de Joinville. Atualmente professor titular da disciplina de Filosofia do Direito, da Faculdade de Direito de Joinville. Consultor jurídico.

Nome: Sérgio Eduardo Ferreira Rodarte

Administrador formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA. É gestor do Clube Sol de Investimentos, Diretor da Sun Investments Overseas LTD e membro do Conselho de Administração da empresa Pettenati S.A. Indústria Textil.

CONSELHO FISCAL

Nome: Paulo Eduardo Dias Costa

Auditor da Martinelli Auditores (1992 a 1997). Sócio Advogado da Martinelli Advocacia Empresarial (1998). Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de

Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Conselheiro Estadual da OAB/SC de 2010 a 2012. É também atual Conselheiro fiscal da Dohler S.A. no período de 2002 a 2010, e da empresa Móveis Weihermann S.A. no período de 2008 a 2010.

Nome: Celso Meira Júnior

Atuou como Gerente Jurídico das Empresas Engepasa até 1998, Cipla S.A. até 1999. Sócio Advogado do Martinelli Advocacia Empresarial em 2000. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Também é atual conselheiro fiscal das empresas: Dohler S.A. e Móveis Weihermann S.A.

Nome: Daniel Vaz Rodarte

Formado em Administração de Empresas é membro do Conselho Fiscal e atua como Gestor do Clube de Investimentos SOL e Clube de Investimentos DR. Também faz parte do Conselho Fiscal da Mercantil Financeira S.A. desde 2005 e do Banco Mercantil do Brasil a partir de 2010.

Nome: Airton Dejair Romão

Experiência Profissional: Jaraguá Fabril S.A. – 1969 a 1976, contador; Martinelli Auditores – 1977 a 2000, auditor; atualmente Sócio-Diretor da empresa Merko-Sul Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S. Ex-membro do Conselho Fiscal das empresas: Cia. Latino Americana de Medicamentos – como efetivo e Marisol S.A. – como suplente. 2) Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela UNIVILLE – CRA/SC 5343 e Técnico em Contabilidade pela Escola de Comércio São Luiz – CRC/SC 007476/0-OT.

Nome: Flávio José Rissato Adorno

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, trabalhou em consultoria de estratégia Bain & Co., sendo atualmente diretor da Orbe Investimentos. Foi conselheiro fiscal da Karsten S.A., Eletroço, DHB e Encorpar. Foi recentemente eleito conselheiro fiscal da Kroton.

Nome: Marcos Luiz Krelling

Formação Acadêmica: Formação Superior em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville (SC) em 1975, registrado no CRA de SC em 21.02.1994 sob nr. 4788. Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Tigre em Janeiro de 1966, passando por funções junto às áreas financeira, Acionistas, AssistênciaTécnica/Produtos, Assessor da Diretoria. No período de

janeiro de 1980 a janeiro de 1991 foi o Gerente Geral da unidade da Tubos e Conexões Tigre do Nordeste S.A. em Camaçari (BA), fabricante de tubos e conexões de PVC rígido, da qual liderou todo o processo de construção,

implantação e administração da planta industrial. No período de Janeiro de 1992 a Outubro de 1994 como Assessor da Presidência na Tigre-Matriz em Joinville (SC), onde, entre outras atividades, liderou processo de

incorporação de novas unidades adquiridas pela companhia. No período de Novembro 1994 a Julho 1998 como Gerente Geral da Tecnomecânica S.A., fabricante de compressores de ar comprimido a pistão e rotativos. De julho 1998 a Outubro 2005 como Gerente Geral da Somar S.A. Indústrias Mecânicas, do ramo metal-mecânico. Outubro 2005 a Abril 2009 como Sócio-Diretor da MCA Têxtil Ltda., que fabrica e comercializa roupas infantis para os grandes magazines e linha própria de produtos. Em consultoria nas áreas de administração, finanças, produtividade, planejamento estratégico e seleção de executivos do alto escalão pela MLK Consultoria Empresarial Ltda., de maio 2009 a fevereiro 2010. De Março 2010 a atual como Diretor Geral na Agemed Saúde S.A., operadora do ramo de planos de saúde empresarial. É também Membro do Conselho Deliberativo da ACIJ-Associação Empresarial de Joinville (SC), Vice Presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

12.9.RELAÇÕES CONJUGAIS, UNIÕES ESTÁVEIS OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da companhia, e do Sr. Gert Heinz Schulz, membro do Conselho de Administração, que possuem relação de parentesco de 1º grau, em linha reta, os demais administradores não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

12.10. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLES MANTIDOS, NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E:

- a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;**
Não se aplica.
- b) Controlador direto do emissor;**
Não se aplica

- c) **Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:**

Inexistente a relação.

12.11. ACORDOS (INCLUIRE APÓLICES DE SEGUROS) ESTABELECENDO O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS E ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES

A companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O.

12.12. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária é fixada pela Assembléia geral.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, obedecido o limite fixado pela Assembléia de Acionistas

Diretoria Estatutária

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece o limite

fixado pela Assembléia de acionistas, é composta de pró-labore, reajustado de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, bem como da participação nos resultados em conformidade previsão estatutária.

Diretoria Não Estatutária

A remuneração da Companhia no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Os diretores também participam do Programa de Participação dos Resultados em conformidade com as regras dos demais funcionários.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembléia geral que os eleger.. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa baseada no mínimo legal. O Conselho Fiscal em exercício recebe o mínimo legal, conforme deliberado em assembléia geral.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

- Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados – correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme já mencionado anteriormente.

No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa corresponde a 76,95% da remuneração total que a remuneração variável corresponde aproximadamente aos demais 23,05%.

ii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria é definida pela Assembléia. A Assembléia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é feita anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas a serem atingidas.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento orçamentário, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, exclusivamente à Diretoria Não Estatutária.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A única parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria não estatutária, a qual será tanto maior quanto for o alcance dos objetivos orçamentários definidos, conforme já mencionado anteriormente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal					
Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	2010	7	-	6	13
Salário ou Prólaboro	2010	86.873,82	-	101.560,72	188.434,54
Nº de Membros	2009	7	-	6	13
Salário ou Prólaboro	2009	168.104,52	-	89.805,80	257.910,32
Nº de Membros	2008	7	-	6	13
Salário ou Prólaboro	2008	267.850,50	-	71.987,18	339.837,68

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal da Companhia.

a. Órgão: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

b. Número de membros: 07 (Sete)

c. Em relação ao bônus: Não aplicável

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: N/A

d. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: R\$ 4.202.477,70.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há previsão de lançamento de plano remuneração baseado em ações para o ano de 2011.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2010:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	N° ações Ordinárias	% Ordin.	N° ações Preferenciais	% Pref.	N° ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	4.880.460	17,90	2.494.285	6,82	7.374.745	11,56
WALDIR CARLOS SCHULZ	4.551.515	16,69	2.494.280	6,82	7.045.795	11,04
GERT HEINZ SCHULZ	4.540.530	16,65	2.494.280	6,82	7.034.810	11,02
MARIO KRUGER	0	-	10	0,00	10	0,00
NORBERTO SCHWARTZ	0	-	10	0,00	10	0,00
PLINIO JOSELINO AZAMBUJA BUENO	0	-	4.500	0,01	4.500	0,01
SERGIO EDUARDO FERREIRA RODARTE	0	-	3.157.330	8,64	3.157.330	4,95
TOTAIS	13.972.505	51,24	10.644.695	29,12	24.617.200	39

DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	N° ações Ordinárias	% Ordin.	N° ações Preferenciais	% Pref.	N° ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	4.880.460	17,90	2.494.295	6,82	7.374.745	11,56
WALDIR CARLOS SCHULZ	4.551.515	16,69	2.494.280	6,82	7.045.795	11,04
TOTAIS	9.431.975	34,59	4.988.565	13,65	14.420.540	22,60

CONSELHO FISCAL						

Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
DANIEL VAZ RODARTE	0	-	870	0,00	870	0,00
TOTAIS	0	0,00	870	0,00	870	0,00

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em razão das considerações feitas no item 13.4., e não prevê o lançamento de nenhum outro Programa de remuneração baseado em ações para o exercício de 2011.

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2010

Em 31 de dezembro de 2010 não havia nenhuma opção em aberto de membro do conselho da administração e da Diretoria Estatutária.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável.

13.11 - Remuneração Individual máxima, mínima e média do conselho de administração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Descrição	Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Nº de Membros	7	7	7	6	6	6
Valor da maior remuneração(Reais)	27.786,96	107.587,71	171.859,66	70.311,04	66.012,30	57.520,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.512,94	26.088,09	24.707,92	15.624,84	11.796,75	7.233,59
Valor médio da remuneração(Reais)	12.410,55	24.014,93	38.264,36	16.926,79	14.934,30	11.997,86

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e consequências financeiras para o emissor

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto Conselho da Administração Diretoria Estatutária.

Nenhum Membro do Conselho da Administração, Fiscal e da Diretoria Estatutária que recebeu remuneração no exercício de 2010 é parte relacionada aos Controladores Diretos ou Indiretos.

13.14. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração por qualquer serviços razão que não a função que ocupam, seja por prestação de serviço de consultoria, assessoria ou comissões.

13.15. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração.

13.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Atendendo as disposições e normas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 481/2009, bem como, disposições complementares, a Diretoria apresenta o que segue:

1. O Lucro Líquido auferido no exercício de 2010 foi de R\$ 47.670.119,38.
2. O montante global para o pagamento dos Dividendos é de R\$ 11.321.667,42 e o valor por ação de dividendos é de R\$ 0,184578 para as Ações Preferenciais e de R\$ 0,167798 para as Ações Ordinárias incluindo os Juros sobre Capital Próprio pago antecipado.
3. Os dividendos Propostos contemplam o percentual de 25% sobre o lucro ajustado de R\$ 45.286.613,41 (Lucro Líquido R\$ 47.670.119,38 – R\$ 2.383.505,97 Reserva Legal).
4. Em 2009 foi verificado um lucro de R\$ 34.531.794,76 e houve distribuição de dividendos no valor de R\$ 9.870.139,47.
5. Deduzidos os juros sobre capital próprio antecipado:
 - a) Segue no quadro abaixo o valor bruto de dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie:

Classe	Valor Bruto	Valor por Ação
Ordinárias	2.526.465,38	0,092658
Preferenciais	3.725.358,89	0,101924
TOTAL	6.251.824,27	

- b) Ações preferenciais tem dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.
 - c) O pagamento dos dividendos está previsto para até o dia 30/06/2011.
 - d) Não há atualização e juros sobre os dividendos a serem pagos.
 - e) Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Será considerada a data da realização da Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre os dividendos, ou seja, 19/04/2011.
6. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
7. Segue abaixo tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Dividendos	Valor por Ação	Classe
2.010	47.670.119,38	6.746.392,35	0,184578	PN
2.010	47.670.119,38	4.575.275,07	0,167798	ON
2.009	34.531.794,76	5.881.450,01	0,804568	PN
2.009	34.531.794,76	3.988.689,46	0,731425	ON
2.008	- 13.081.004,58	-	-	
2.007	28.557.198,44	4.041.831,79	0,687950	PN
2.007	28.557.198,44	2.740.502,84	0,625410	ON
2.006	10.616.005,28	1.502.400,52	0,002557	PN
2.006	10.616.005,28	1.018.900,73	0,002325	ON

8. Destinação de Lucros à Reserva Legal:

- a) O montante destinado à reserva legal é de R\$ 2.383.505,97.
- b) O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5%(cinco por cento) sobre o lucro ajustado de R\$ 47.670.119,38.

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Dividendo obrigatório

- a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto Social referente aos dividendos obrigatórios:

ARTIGO 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria, devendo sua distribuição ser definida de comum acordo. **ARTIGO 30** - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20 % (vinte por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei.

ARTIGO 31 - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos Artigos 29 e 30, previamente acrescido das verbas previstas em lei. **ARTIGO 32** - Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos artigos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas

operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. ARTIGO 33 - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

- b) Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.
- c) Não há retenção de dividendos.

11. Não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.
12. Não há destinação do resultado para reserva de contingências.
13. Não há destinação do resultado para lucros a realizar.
14. Transferência para a conta de Reserva para Aumento de Capital no valor de R\$ 46.874.708,94, sendo R\$ 33.964.920,80 referente destinação do Lucro do Exercício e R\$ 12.909.788,14 referente a realização do custo atribuído.
15. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
16. Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais na Controladora.